PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº   , DE 2017-CN

(Do Sr. JOSÉ AIRTON CIRILO)

Altera a redação do inciso II do *caput* do art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN, para permitir a indicação de emenda de Bancada para as regiões metropolitanas e mais de uma entidade privada.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação para o inciso II do *caput* do art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN:

“Art. 47.....

.....

II- identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possa resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo, regiões metropolitanas ou entidades privadas;

.....” (NR).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com a presente proposição, buscamos tornar mais efetivo e realista o comando do inciso II do *caput* do art. 47 da Resolução do Congresso de nº 1, de 2006, que hoje apenas prevê a possibilidade de serem apresentadas emendas de Bancada “(...) para mais de um ente federativo ou entidade privada”.

Em consideração à dinâmica social do nosso país, não se justifica, em primeiro lugar, que determinada Bancada possa apenas apresentar emendas para entes federativos, desconsiderando-se as regiões metropolitanas, que, hoje, desempenham um papel, não raro, mais importante do que o próprio Estado na integração e no desenvolvimento econômico e social de uma localidade.

Em segundo lugar, consideramos, de igual modo, mais razoável que a emenda de Bancada possa contemplar mais de uma entidade privada em consideração à importância da atividade a ser alcançada e da sua necessidade para superação dos problemas sociais e regionais de uma determinada localidade. Em outras palavras, a iniciativa privada pode colaborar de forma eficaz e dinâmica com o Poder Público para a consecução inclusive de objetivos de interesse público e social.

Portanto, esperamos contar com o apoio dos demais parlamentares para a aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2017.

Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO